REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 25 DE MAIO DE 2021

ATA N.º 5

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um pelas dez horas, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, na Praia da Vitória reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em reunião ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Paulo Manuel Ávila Messias – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Rómulo Ficher Correia – Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã

Emanuel Garcia – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia

Miguel Reis Sousa – Representante do Governo Regional

Helga da Rocha Barcelos– Representante da Câmara do Comércio

António Simões, em substituição **de Marcos Couto -** Representante da Câmara do Comércio

José Manuel Ferreira Pimentel Dias – Representante da UGT

Francisco Natálio Ventura em substituição de **José António Sozinho Azevedo –** Representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira

João Manuel Batista Reis Canedo – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género.

Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho – Representante da Universidade dos Açores.

Compareceram os seguintes deputados:

Andreia Costa - do Partido Socialista

Rodolfo Franca - do Partido Socialista

Período da Ordem do dia

Antes do início da ordem do dia propriamente dita, o Presidente da Mesa do Conselho de Ilha, **Ricardo Barros**, apresentou uma questão prévia a todos os conselheiros presentes e que se referiu ao mandato da mesa do conselho, que de acordo com o Decreto Legislativo Regional é de um ano.

Disse que a primeira reunião do ano em curso, havia os confinamentos tendo-se realizado por vídeo conferência, sendo que as outras que se realizaram foram extraordinárias, pelo que não se fez eleição da mesa do Conselho de Ilha. Referiu que esta seria a última reunião, pelo que questionou os conselheiros se achavam que se deveria fazer a eleição da mesa naquele dia.

O **Conselheiro Paulo Luís**, disse que tendo em conta a legislação julga que em cinco, dez minutos resolveriam a situação mediante votação e ficar-se-ia formalmente enquadrados, e sanada a situação.

O Conselheiro Pimentel Dias, disse também julgar que a mesa do Conselho de Ilha, deveria ser eleita porque o mandato já havia terminado e teoricamente ainda seria possível haver uma reunião do Conselho em outubro, dependendo da data da realização das eleições autárquicas, sendo que independentemente daquelas eleições poderia também haver reuniões extraordinárias pelo que era de opinião que se deveria eleger a mesa.

Face às recomendações apresentadas, o Presidente da Mesa disse que se iria proceder à votação da nova mesa, passando aos serviços administrativos para verificarem a melhor forma de se resolver a situação.

Enquanto se preparava o procedimento com vista à eleição em questão, o presidente da mesa passou ao período da **ordem do dia**, para o qual se inscreveram os seguintes conselheiros:

Conselheiro Tibério Dinis, Sobre a questão dos transportes marítimos e o potenciar do Porto da Praia da Vitória, referiu que houve uma notícia à cerca do Concurso Publico Internacional que já se sabia desde o ano passado que tinha sido adiado, devido à situação de pandemia, soube-se que não era prioridade para o Governo (crê que foi esta a expressão utilizada), motivada pela situação de pandemia e do próprio mercado internacional, porque, e aí concordando, lançando-se o concurso público era importante que os principais players do tráfico marítimo e da gestão portuária, estivessem disponíveis para concorrer aquele concurso. Contudo, disse julgar que era importante o mesmo concurso avançar na medida em que a situação de pandemia à escala global tendia a ficar controlada. De alguma forma os mercados estavam a evoluir e não se podia ficar à espera da pandemia passar completamente e haver uma recuperação económica e de tráfico marítimo a 100% para depois se começar o Concurso Público Internacional, porque o mesmo tem os seus prazos e seu tempo, demorando muito a lançar-se o mesmo até chegar à fase final de adjudicação e portanto, julgava ser importante discutir-se o assunto e perceber-se a sensibilidade dos conselheiros, visto que estaria com os Senhor Secretário Regional para abordar também o assunto e outros do domínio da cidade da Praia da Vitória .

Conselheiro Pimentel Dias, recomendou que antes de terminar o mandato, sejam colocadas nos sites das autarquias da Ilha Terceira, todas as atas das reuniões do conselho de ilha, dado que se encontram em falta algumas.

Conselheira Helga Rocha Barcelos, entrevei-o para apresentar um voto de protesto, em nome da Câmara do Comércio, em relação aquilo que foi proferido pelo sr. Deputado Nuno Barata na última assembleia, o qual havia dito que o **Hub logístico**, de facto não era importante e, inclusive comparou com a questão de fazer um estádio de futebol, onde não existe equipa de futebol. Assim pretendeu deixar registado um voto de protesto em relação aquilo que foi proferido, por um deputado que deve fazer a defesa do círculo eleitoral.

Conselheiro Álamo de Meneses, Na sequência da última intervenção e de alguma maneira contextualizar o assunto, achando que deveria avançar um pouco mais na questão e no debate, porque na verdade as declarações, "*super infelizes"* eram apenas uma manifestação de uma outra realidade, uma realidade bastante mais profunda e um pouco mais escondida que tinha a ver com o crescente bairrismo dos nosso vizinhos do lado e uma crescente agressividade em relação a assuntos que dizem respeito à Terceira sendo que nalguns casos são questões fundamentais para a Terceira. Não se tratava apenas da questão dos transportes marítimos, como era o caso, mas também as questões que diziam respeito ao transporte aéreo em que sucessivamente se vêm declarações que são no mínimo agressivas em relação aquilo que são justas pretensões desta e de outras ilhas dando ideia de que neste arquipélago só há uma ilha, ou pelo menos só há uma terra que merece e de resto são umas vilas que de alguma maneira devem passar, enfim, aí por uma posição subalterna. Essas posições são absolutamente inaceitáveis e devem merecer do Conselho de Ilha da Terceira e de todas as forças políticas que representam a ilha, um grande repúdio, porque são declarações de facto como nunca se viu por parte de responsáveis políticos.

Chamou também a atenção para aquilo que está a acontecer com o transporte aéreo e de alguma maneira também recordou ao Conselho aquilo que foi uma sessão difícil e polémica numa reunião extraordinária realizada há uns anos atrás sobre o transporte aéreo que o Conselho se manifestou unanimemente num sentido que continuava atual. E de facto era preciso recordar também essa deliberação do Conselho de Ilha da Terceira e de alguma maneira voltar a coloca-la em cima da mesa, porque não é por ter mudado o governo ou ter havido uma maioria parlamentar diferente que as coisas se alteram, antes pelo contrário, naquele momento aprofundou-se a diferença, bastava olhar para os sete voos internacionais que existiam para Ponta Delgada, contra aqueles que não existam no aeroporto das Lajes. Numa altura em que se procurava de alguma maneira retomar a atividade turística e numa altura em que todos, independentemente da ilha em que residem, são chamados a contribuir com cerca de 160 milhões de euros para a companhia aérea regional. De facto, quando se paga tanto dinheiro espera-se outro tipo de atenção e outro tipo de serviço. Disse não saber se nos Açores existiam 160 mil pagadores de impostos, provavelmente não haveria 160 mil pessoas a pagar o seu IRS, o que queria dizer que para cada um de nós estávamos a pagar mil euros para essa companhia. É certo que se iria ter bilhetes a € 60,00 (sessenta euros) mas na verdade serão bilhetes a € 1 060,00 (mil e sessenta euros). Pelo que seria importante também

refletir-se sobre o que disse, pedindo ao Presidente do Conselho de Ilha que conduzisse o Conselho de Ilha àquela questão e que se fosse buscar e repescar o que já foi deliberado em sessão extraordinária do Conselho sobre o assunto porque a matéria ainda ficou mais urgente, nestes últimos tempos.

A deputada Andreia Cardoso, usando da palavra e tendo em conta o que o Conselheiro Tibério Dinis, havia afirmado, que iria ter, muito em breve uma reunião com o Sr Secretário Regional dos Transportes e Turismo, e que se entendesse que era útil, gostaria de prestar algumas informações:

No plenário de abril, havia sido discutido o plano e orçamento tendo colocado na altura três questões ao sr. Secretário Regional dos transportes e Turismo, uma delas sobre o Cais de Cruzeiros na Praia da Vitória; a outra sobre o *hub - logístico*, ou seja, dando nota daquilo que tinha sido aqui transmitido pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, que no fundo teria havido um momento de paragem em 2020 por via da pandemia, mas que no entender da CCAH , estava na hora de começar a retomar os contatos com os players internacionais, no sentido de promover essa oscultação e o lançamento do concurso internacional. Nesse plenário, não obtiveram resposta a nenhuma das questões, sendo que posteriormente, dois dias depois, veio uma resposta por escrito às questões que haviam colocado. Na altura o sr. Secretário respondeu que desconhecia o projeto do *hub - logístico* da Praia da Vitória.

Como era do conhecimento publico, foi referido que o assunto não era prioritário, assim, aproveitou para questionar se, entretanto, teria havido algum contato com a CCAH, no sentido de que fosse tomada a decisão da não prioridade ou se seria uma decisão exclusiva do Governo.

Conselheiro Paulo Luís, referiu que naquilo que representa, associa-se completamente ao voto de protesto apresentado pela CCAH. Disse viver-se um momento difícil e juntar-se ao mesmo momento discursos totalmente bairristas e que incrementam divisões nos Açores é totalmente inaceitável.

Em relação ao ponto do *hub- logístico* da Praia da Vitória, o que havia sido dito em plenário, foi que, naquele momento corria-se o risco de se fazer o concurso publico internacional e não haver nenhum player ou concorrente e que face à conjuntura verificada, não era prioritário fazer a apresentação desse concurso publico. Disse esperar haver alguma evolução na próxima reunião do sr. Presidente da Câmara

Municipal da Vitória com o Secretário Regional dos Transportes e Turismo, no sentido de se colocar uma cronologia no assunto, que é o que acha estar em falta.

Concorda em absoluto que seja dada prioridade a um investimento realizado na região e que tem fundamentalmente um papel de dinamização do transporte marítimo nos Açores. E que seja dada essa mesma prioridade no passado, no presente e no futuro, achando que o Conselho de Ilha tem de mudar o discurso, no sentido de procurar assumir compromissos ou ter compromissos da parte do governo, seja ele qual for datando respostas para procedimentos e apresentação de coisas concretas, porque de palavras...o vento já as levou e têm-se ouvido muitas vezes, no Conselho de Ilha, que está, em estudo, em apreciação e infelizmente nada que se concretize. Foi-se repescar de há quatro ou cinco anos a trás do conjunto de obras e investimentos realizados na Ilha Terceira, verifica-se que temos um grau de execução muito baixo, daquilo que na altura se defendia.

Acha que se deve dar prioridade e relevância ao Porto da Praia da Vitória, procurando factualizar e assumir um compromisso, uma data perante o governo para a concretização do Concurso Internacional e tudo o que pode vir associado a este mesmo concurso.

O Presidente do Conselho de Ilha, em relação à intervenção do conselheiro Paulo Luís, lembrou uma questão que já havia colocado em reunião do Conselho de Ilha e que tem a ver com o funcionamento do mesmo. Estava perfeitamente de acordo com a importância da sugestão. Todavia era de todo irreal, um conselho que reúne três vezes obrigatoriamente por ano e sem que nenhum dos seus membros tenha efetividade de funções, como também se quiser deslocar-se a alguma secretaria fora da ilha Terceira o poder fazer com muito custo, embora exista alguma benevolência por parte das Câmaras Municipais, mas é no fundo mendigar um pouco aquilo que seria de direito de um conselho daquela natureza. Pelo que disse julgar que, da maneira em que está a legislação relacionada com os conselhos de ilha é muito pouco. Disse tratar-se de uma tarefa que competirá aos próximos conselheiros tentarem fazer do órgão Conselho de Ilha, um órgão que valha a pena de facto existir. É importante para todas as ilhas terem um conselho de Ilha eficaz e capaz de ser uma espécie de porta-voz dos interesses da ilha junto do Governo Regional e de todos os parceiros sociais.

Conselheiro Valter Peres, começou por referir que no início da reunião, haviam caído em cima da mesa três questões que advogou de muito importantes, primeiro a questão do Hub, referida pelo presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória Tibério Dinis e aproveitando a conversa do conselheiro Paulo Luís, palavras leva-as o vento mas há palavras e palavras e expressões e expressões e a expressão "não é prioritária" é uma expressão que representa exatamente isso, não ser prioritária., para nós é prioritário, pode agora, não ser possível, pode agora não ser aconselhável, mas é prioritário independentemente do timing. Logo que for possível, como diz o senhor presidente da Câmara Municipal, quem conseguir avaliar claramente o momento certo para arrancar é para nós prioritário e é para avançar. Disse também que se associa ao voto de protesto da Câmara do Comércio de Angra.

O Presidente do conselho de Ilha, referiu que a **conselheira Andreia Cardoso** colocou uma questão à Câmara do Comércio que não foi bem percetível, por estarem numa troca de impressões, pelo que agradeceu que a mesma voltasse a colocar a questão.

Ao usar da palavra a mesma referiu que, numa das ultimas reuniões do Conselho de Ilha em que se abordou a questão do *Hub logistico,* a CCAH deu nota que todo o processo do referido *hub* foi despoletado e acompanhado no seu decurso da elaboração do caderno de encargos, pela mesma e que a decisão de suspensão do processo de lançamento do concurso público internacional havia sido consensualizado com aquela entidade, exatamente pelo momento que se atravessava, no início do ano passado e que entenderam que em função de todos estes constrangimentos que se aguardariam melhores dias. Na altura o presidente da CCAH deu nota de que no seu entender havia chegado o momento de retomar os contatos com os players a nível internacional no sentido de que se percebesse se era ou não chegada a altura do lançamento daquele concurso. O que questionava a CCAH, na sequência da resposta do senhor secretário deu em plenário recentemente, se havia, acontecido contatos com aquela entidade entre abril e a semana anterior a esta reunião, no sentido de consensualizar que de facto não era prioritário o lançamento agora do concurso público, porque se de facto todo o processo foi acompanhado pela Câmara do Comercio, logo no seu entender, essa decisão deveria ter sido precedida de um contacto com quem acompanhou o processo de perto. Era esta no fundo a sua questão: se foram ou não contatados, e tendo sido, que opinião é que manifestaram?

Conselheira Helga Barcelos, disse que o último contacto que houve com a CCAH, sob o *Hub logístico,* foi com a anterior direção e tiveram conhecimento que foi transmitido a concordância daquela Câmara com o facto de se adiar por não ser a altura certa. Entre abril e maio não houve qualquer contacto da parte do Governo com a Câmara do Comércio, até porque já tinham discutido que não podiam prolongar por muito tempo o adiamento daquela questão.

Aproveitou para referir em relação aquilo que o Sr. Presidente da Câmara de Angra referiu em relação aos transportes aéreos, que a Câmara do Comercio estivera reunida recentemente com o Secretário do Turismo e com a ATA, precisamente pela preocupação que haviam demonstrado pela falta de voos para a Ilha Terceira, tendo o Sr. Secretário de Turismo, transmitido que a Terceira iria receber voos diretos que seriam feitos pela SATA, nomeadamente Boston – Terceira; Toronto – Terceira e Okland – Terceira. Foi garantido também, que estavam a tomar as devidas diligências para retomar a operação **TUI** para a Ilha Terceira. A diretora Regional havia dito também que estavam a tomar as diligencias necessárias para que a ryanair começasse a fazer os voos Londres-Terceira. Referiu ainda que a Câmara do Comércio considerava que estava na altura de se dizer um basta, que se deve ter uma postura, da parte dos terceirenses, de se pedir cada vez mais para a nossa ilha e transmitiu que tem sido essa a postura a atual direção da Câmara do Comercio, desde o dia em que tomaram posse/que iniciaram as suas funções e tudo aquilo que têm considerado que é limitador para a expansão da ilha têm reagido de imediato no sentido não concordar e de tomar as devidas diligências para que não aconteça.

Conselheiro Álamo de Meneses, propôs ao Conselho de Ilha que se retomassem as conclusões da reunião extraordinária sobre o assunto dos voos para a Terceira e as voltassem a reenviar ao governo, porquê elas mantinham absoluta e integral atualidade, senão até maior atualidade, dado a evolução negativa que aconteceu, entretanto.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente do Conselho de Ilha, apresentou a **proposta para a constituição da mesa do conselho de Ilha para o ano de 2021** a saber:

- Presidente – Ricardo Barros;

- Vice-Presidente – Berto Messias;

- 1.º Secretário – Helga Barcelos

- 2.º Secretário – Francisco Ventura

Posta à votação, por escrutínio secreto, a constituição da mesa **foi aprovada com 16 votos a favor e 4 votos em branco.**

Terminada as intervenções pelos senhores conselheiros, o Presidente da Mesa procedeu à leitura das notas que foi tomando ao longo da reunião para apreciação pelos membros do Conselho de Ilha, tendo sobre as mesmas havido pequenas alterações sugeridas pelos Conselheiros Tibério Dinis e Paulo Luís:

"O Conselho de Ilha da Terceira lamenta as declarações do senhor Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, Mário Mota Borges, relativas ao porto da Praia da Vitória porquanto o Covid não serve de desculpa para adiar os trabalhos que estavam em curso por forma a valorizarem, em concurso internacional, aquela infraestrutura.

Afirmar que o "hub" logístico do Porto da Praia da Vitória não é uma "prioridade" denota pouca sensibilidade política e falta de consideração pelos Terceirenses.

O Conselho de Ilha entende que o Governo Regional, o mais tardar até final do corrente ano, deve lançar um concurso público para potenciar aquela importante infraestrutura.

O Conselho de Ilha manifesta igualmente o seu profundo desagrado quanto à política aérea implementada pelo atual Governo dos Açores e em particular a manifesta perda de importância do aeroporto das Lajes com a anunciada redução de voos com ligação à nosa ilha.

Tal situação prejudica, de forma irreparável, não só os operadores turísticos como também toda a economia da Ilha Terceira, num ano que se esperava de alguma retoma dada a paragem forçada do turismo desde o passado ano de 2020.

Acresce ainda que esse claro retrocesso na política aérea regional restringe consideravelmente a ligação às restantes ilhas da nossa Região."

Posto à votação, **o texto** elaborado, para envio ao Governo Regional, como comunicado, o mesmo **foi aprovado por unanimidade.**

Ficou também deliberado, **anexar** ao comunicado o texto de voto de protesto apresentado à mesa do Conselho de Ilha pela Câmara do Comércio de Angra do

Heroísmo.

O conselheiro Paulo Luís, pediu para entrevir, visto que o seu mandato termina com o próximo ato eleitoral, agradecendo às mesas do Conselho de Ilha, nestes quatro anos que fez parte, reconhecendo com as limitações que o próprio conselho tem, o trabalho e empenho das sucessivas mesas no sentido de procurar um maior consenso em tudo aquilo que foi debatido nesses quatro anos.

Agradeceu também aos conselheiros que fizeram parte, nestes últimos 4 anos do Conselho, esperando que os próximos conselheiros mantenham sempre o mesmo timbre e tom daquilo que se defende a Terceira sim, mas também os Açores, com 9 realidades diferentes, mas todos a procurar o mesmo que é o bem das nossas populações.

O Presidente do Conselho de Ilha aproveitou também para comunicar que foi um gosto presidir ao Conselho durante os últimos dois anos, tendo sempre a colaboração de todos, o que tornou o trabalho fácil, esperando que a maior parte continue no conselho de Ilha, até para o poderem melhorar. Afirmou que seguramente não fará parte do mesmo desejando aqueles que continuem esse trabalho e melhores êxitos, e que se continue a batalhar para que o Conselho seja cada vez mais uma voz ouvida e responsável e uma voz que seja credível no nosso ordenamento político regional.

Deu por terminada a reunião eram onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se elaborou a presente ata que pelo presidente da mesa vai ser assinada.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,

_____

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros